

RODRÍGUEZ LAGO, José Ramón

*Cruzados o herejes: la religión, la Iglesia y los católicos en la Galicia de la guerra civil.*

Pontevedra: Edicións Nigra Trea, 2010. 327 p.

JOÃO MIGUEL ALMEIDA

Os mitos que legitimaram a guerra civil espanhola continuam a obscurecer e ofuscar os historiadores que escrevem sobre este período. Uma abordagem da questão religiosa e, mais concretamente da relação da Igreja Católica com a Segunda República e a sublevação franquista dificilmente escapa ao jogo maniqueísta. José Ramón Rodríguez Lago enfrenta neste livro o desafio de escrever uma História que não se apresenta como glosa dos mitos do passado, mas que procura compreender a sua função legitimadora dos grupos em conflito e procura ir mais longe na compreensão dos fenómenos, dos acontecimentos, das personalidades que resistem à apropriação da propaganda e por isso são esquecidos. É uma História que procura captar a pluralidade de pontos de vista e diversidade de trajectos, as vozes dos vencidos. As palavras mais interpelantes que o livro nos traz da Galiza no início do século XX são as dos católicos que procuraram conciliar o catolicismo com a modernidade, a democracia, ou o simples cumprimento da legalidade republicana e foram silenciadas pelos vencedores da guerra civil. A tensão entre a visão simplificadora dos mitos e o conhecimento histórico é-nos dada pelo título e subtítulo: o mito partilhado por vencedores e grande parte dos vencidos reduziu o conflito a uma guerra entre «cruzados» católicos e «heréticos» comunistas. A análise empreendida pelo historiador tem de considerar a questão religiosa como mais vasta do que o fenómeno católico e a Igreja como uma instituição complexa, que abrange posições diferenciadas de católicos.

José Ramón Rodríguez Lago (n. 1970) é doutorado em História pela Universidade de Santiago de Compostela e professor de História Contemporânea na Universidade de Vigo. Tem colaborado em trabalhos de reflexão historiográfica na Universidade de Alcalá de Henares e na Universidade Católica Portuguesa, em iniciativas do Centro de Estudos de História Religiosa. A investigação deste livro baseou-se numa análise de fontes eclesíásticas que incluiu os fundos documentais do Arquivo Secreto do Vaticano, permitindo o tratamento de informação até agora ignorada. O trabalho em questão é precedido de um prólogo de Xosé Ramón Barreiro Fernández, professor catedrático de História Contemporânea da Galiza na Universidade de Santiago de Compostela. Xosé Barreiro Fernández sublinha o carácter inédito da obra de Rodríguez Lago por causa do tema que aborda e da construção de um modelo explicativo que tem em conta a realidade galega: uma sociedade maioritariamente rural; um clero formado nos cinco seminários galegos num sentido claramente antiliberal e assente numa imagética maniqueísta, ainda que às nítidas fronteiras ideológicas correspondessem fronteiras sociológicas mais fluidas.

As intenções explicativas da obra não se contrapõem, antes enriquecem uma narrativa dos acontecimentos que coloca em primeiro plano os diversos actores e as conjunturas resultantes das suas decisões. Em «prelúdio do apocalipse», o autor traça um panorama da situação da Igreja Católica e da religiosidade na Galiza antes das eleições de Fevereiro de 1936. A Igreja Católica era a única instituição religiosa omnipresente numa sociedade em que a paróquia era o centro das

---

comunidades locais e uma parte significativa de terras, edifícios e os cemitérios eram propriedade da Igreja. A mudança social inerente a um desenvolvimento urbano centrado nas cidades de Vigo, Ferrol e A Coruña foi acompanhada pela oferta educativa da Igreja, através de ordens religiosas, aos filhos da burguesia e jovens desejosos de ascensão social. Uma actividade educativa que formaria os futuros líderes do movimento católico. Apesar da sua preponderância social, a Igreja Católica encarava o seu futuro com pessimismo. O factor de crise mais focado em público era o afastamento do Estado republicano da Igreja, sinalizado quer em termos económicos, com a diminuição do subsídio estatal ao clero secular, quer em termos simbólicos, com a limitação das expressões religiosas em festas nacionais. A modernidade republicana era laica e os perigos do laicismo e do anticlericalismo tornaram-se temas recorrentes na imprensa católica.

O autor, fundamentando-se nos relatórios que chegaram ao Vaticano, aponta no entanto outros factores de crise: a deficiente capacidade de intervenção da Igreja, principalmente em dioceses como Lugo e Ourense, para responder aos desafios da modernidade, devido ao envelhecimento de alguns prelados, falta de formação e disciplina, ou conflitos eclesiais. O núncio Federico Tedeschini procurou modernizar as estruturas eclesiais e reduzir a influência da componente integrista e tradicionalista católica. A sua estratégia assentou na nomeação do cardeal Vidal i Barraquer para porta-voz e negociador do episcopado espanhol; no apoio à mobilização dos católicos pela Acção Popular de Gil Robles; e na dinamização da Acção Católica liderada por Ángel Herrera. Rodríguez Lago observa que a queda da monarquia, arrastando consigo o direito de patronato régio, favoreceu a liberdade do Vaticano nomear os bispos que melhor defendessem os seus interesses. Esta ideia era expressa em relatórios enviados por dirigentes do clero ao Vaticano.

O processo de secularização na Galiza era frágil, ainda que as leis republicanas garantissem maior segurança jurídica às minorias religiosas. O impacto da militância atea, do agnosticismo ou da pregação das comunidades evangélicas era reduzido. A realidade não impediu que «La legitimación y el apoyo al bando sublevado en la guerra por parte de la Iglesia se basó en una posición vitimista, que tendió a sobrevalorar el proceso secularizador y los incidentes anticlericales acaecidos durante el régimen republicano como un peligro apocalíptico que habría puesto en juego la esencia católica de la sociedad.» (p. 52). Estas considerações não levam o autor a escamotear a violência anti-clerical. Menciona-a explicitamente e dá-nos amostras quantitativas: só na arquidiocese de Santiago entre a noite da vitória eleitoral da Frente Popular e o anúncio da sublevação militar registam-se 111 atentados contra católicos ou propriedades eclesiais; foram incendiados dez edifícios, vinte sacerdotes sofreram ameaças ou expulsão das respectivas paróquias e quinze detenção ou prisão. A resposta foi o terror que liquidou qualquer possibilidade de reforma ou dissidência.

A narrativa da guerra civil na Galiza evolui em seis etapas que correspondem a outros capítulos, desde 17 de Julho de 1936 a Agosto de 1939. No «dia mais longo», de 17 de Julho de 1936, o presidente da República recebeu uma comissão de políticos galegos o texto com o Estatuto da Autonomia e fez votos de que esse estatuto sirva a consolidação da república e da democracia. Nessa mesma noite chegavam à Galiza os rumores da sublevação militar. Para Rodríguez Lago esse dia assinala «un giro copernicano en el incipiente proceso de modernización que había protagonizado la Galicia del primer tercio siglo». O domínio das cinco dioceses galegas pelo exército sublevado permitiu transformar a Galiza num centro de legitimação ideológica do golpe militar difundindo a ideia de uma cruzada da ortodoxia católica, identificada com um modelo autoritário inspirado pelo passado, contra todas as «heresias». O autodenominado «catolicismo

intransigente» tomou como alvo, além do comunismo ateu, as correntes teosóficas e deístas de algumas lojas maçónicas, as actividades das igrejas evangélicas, e os católicos que tinham buscado um diálogo com a modernidade e assumido posições políticas diferentes das dos vencedores da guerra civil. Ficamos a conhecer alguns dos nomes destes católicos perseguidos em nome da «verdade» triunfante e o seu trágico destino: os sacerdotes secularizados Matías Usero e Fernando Arias Rodríguez, Alexandre Bóveda, Rafael de Veja Barrera, Alejo Diz Jurado e Darío Álvares Limeses foram assassinados nos primeiros meses do conflito por fazerem propaganda contra os sublevados ou colaborarem com a esquerda parlamentar. Castelao e Basilio Álvarez exilaram-se de Espanha. Outros, como Ramón Otero Pedrayo e Plácido Castro del Río, optaram pelo silêncio num pesado exílio interior. O leitor também segue o percurso de intelectuais católicos intransigentes, como Vicente Risco, que, ao comprometer-se com a ideia de cruzada, aderiram às teses do fascismo.

O autor responsabiliza o episcopado espanhol e a atitude franquista pelo fracasso das tentativas reformistas oriundas do Vaticano. À medida que a guerra civil se desenvolve, o Vaticano centra a sua atenção em evitar que o Poder emergente adopte teses fascistas, mas estas facilmente são assimiladas pela propaganda católica anti-republicana. A concentração na Galiza, durante o período da guerra civil, de elites católicas exiladas da zona republicana, favoreceu a formação de redes informais que iriam marcar a Igreja Católica durante os anos do franquismo. Seria o caso do bispo de Madrid, Leopoldo Eijo Garay, a residir em Vigo, mas também de Vicente Enrique y Tarancón, que se tornaria conhecido neste período como propagandista da Acção Católica.

A atenção à complexidade dos fenómenos e o rigor de Rodríguez Lago não se refugiam por detrás de um alegado dever de neutralidade perante os projectos de sociedade em confronto, assumindo a relação entre o seu trabalho de historiador e a sua atitude de cidadão empenhado nos valores da liberdade e da paz.

FONTES, Paulo Fernando de Oliveira

*Elites católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961).*

Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 2011. 1034 p. + CD-ROM

MANUEL CLEMENTE

1. Dispomos finalmente duma apresentação geral e circunstanciada da Acção Católica Portuguesa, indispensável para nos compreendermos como católicos militantes na sociedade e na Igreja, de ontem para hoje.

Há muito que faltava e por demais tardava tal apresentação e notícia. Como a bibliografia deste grosso volume indica, não faltaram títulos sobre títulos referentes à Acção Católica Portuguesa, desde a sua fundação em 1933. Mas nenhum com a densidade informativa, a variedade dos assuntos e a consistência académica que Paulo Fontes nos oferece agora. Agradecemos-lhe pela aplicação incansável com que levou por diante o trabalho. Também porque poucos o poderiam